

Jornal “O Combatente” de Santa Maria e o enaltecimento do passado em prol do Partido Republicano Rio-Grandense: narrativa durante o período do governo da dissidência republicana

The Santa Maria newspaper "O Combatente" and the praise of the past on behalf of the Rio-Grandense Republican Party: narrative during the period of the republican dissident government

Eduardo Prates Bordinhão,¹ UFSM

Resumo

O presente artigo analisa no jornal *O Combatente* de Santa Maria, RS, as representações acerca do passado feitas entre janeiro e junho de 1892, durante o período do governo da dissidência republicana, e como essas representações são usadas para a criação de uma tradição política para o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Como fontes foram usados os 23 primeiros exemplares lançados pelo jornal no ano de 1892, a partir desse escopo documental, foram selecionados para análise artigos que possuíssem vinculações entre o PRR e o passado. A análise da narrativa do jornal revelou como o PRR foi representado de forma positiva, tendo sua imagem vinculada à memória coletiva. Trata-se de uma associação que relaciona uma continuidade entre a ideologia do partido e um passado de valores positivos, algo possível de exercer influência no imaginário social e, por conseguinte, na política do estado.

Palavras-chave: O Combatente; Santa Maria; 1892; Periódico; Narrativa.

Abstract

This article analyzes the representations of the past made in the newspaper *O Combatente* from Santa Maria, RS, between January and June of 1892, during the period of the republican dissident government, and how these representations are used to create a political tradition for the Rio-grandense Republican Party (PRR). The first 23 issues of the newspaper published in 1892 were used as sources. From this documentary scope, articles that had links between the PRR and the past were selected for analysis. Analysis of the newspaper's narrative revealed how the PRR was represented in a positive light, with its image linked to the collective memory. It is an association that links continuity between the party's ideology and a past of positive values, something that can influence the social imagination and, consequently, politics of the state.

Keywords: O Combatente; Santa Maria; 1892; Periodical; Narrative.

Introdução

O “governo da dissidência republicana” é o período, dentro da história da Primeira República no Rio Grande do Sul (1889-1930), em que o governo estadual foi composto por

¹ Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atualmente cursa o Mestrado Acadêmico em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM (PPGH/UFSM), com bolsa CAPES/DS, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin. E-mail para contato: eduardopratesbordinhao@gmail.com

opositores ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Foi estabelecido em novembro de 1891, quando a oposição ao presidente do estado Júlio de Castilhos o depôs embasada no fato de Castilhos ter apoiado o presidente do país Deodoro da Fonseca quando este impôs o fechamento do Congresso Nacional, atitude considerada uma ameaça à Constituição e que abriu margem para que a oposição pegasse em armas para a tomada do poder no estado. Esse governo teve como característica a revogação da Constituição do Rio Grande do Sul e sua posterior adequação e colocação em vigência novamente, de forma alterada (Flores; Flores, 1999). Durante esse período, é perceptível a oposição veemente do jornal *O Combatente* ao governo – que o chama pela denominação negativa de “governicho”, constantemente o acusando de ser o causador do caos no estado, promovendo a anarquia e praticando políticas características dos tempos de monarquia.

O jornal que serve como fonte e objeto para esta investigação é *O Combatente*, jornal impresso na cidade de Santa Maria, RS. Teve seu primeiro exemplar lançado em 1887 e em 1892 entrava em seu sexto ano de existência (Belém, 2000, p. 233). Foi fundado para ser órgão do Clube Caixeiral, que foi fundado em 1886. Em 1889 o jornal passa à propriedade de Adolpho Otto Brinckmann, e passa a ter conteúdo voltado à política, com teor de defesa do PRR (Nicoloso, 2011, p. 42). Com relação aos exemplares do jornal, tivemos acesso aos 23 números lançados entre o período englobado pela pesquisa, todos disponíveis na Casa de Memória Edmundo Cardoso, em Santa Maria. A imagem a seguir (figura 1) apresenta a capa de *O Combatente*, do exemplar número 1 do ano de 1892. A figura ilustra sua estrutura, que apresenta 4 colunas de texto nas primeiras três páginas, sem ilustrações. A quarta página é dedicada a anúncios. Essa estrutura se mantém para todos os exemplares do período estudado.

Figura 1 – Capa do jornal *O Combatente*, de 1º de janeiro de 1892.



Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Sandra Jatahy Pesavento aborda em seu artigo *A invenção da sociedade gaúcha* (Pesavento, 1993), como a identidade, os estereótipos e a imagem acerca do sul-rio-grandense são inventados no sentido de serem uma construção que toma forma no imaginário social. Uma identidade vinculada ao churrasco, ao chimarrão, ao homem altivo, valente e desprovido de luxos. A imagem que até hoje se vincula ao gaúcho está ligada a vários processos de construção de identidade e de alteridade, nisso estão contidas as explicações na historiografia acerca do caráter da formação do Rio Grande do Sul, com sua característica fronteiriça, e, em meio a isso, a opção pela nacionalidade brasileira negando o caráter separatista de episódios marcantes da história do estado, como a Guerra dos Farrapos (1835-1945).

Sendo assim, a concepção estereotipada do sul-rio-grandense está ligada ao imaginário social, sendo ele a maneira como “as sociedades definem a sua identidade e atribuem sentido e significado às práticas sociais.” (Pesavento, 1993, p. 383). Nesse sentido, o imaginário é essencialmente uma forma de representação, ou seja, a tradução em imagens e discursos daquilo que é considerado real. Contudo, as representações devem ser críveis, porém não são necessariamente o reflexo do real. Nessa perspectiva, a coerência simbólica está presente e pode contemplar dimensões de utopia, discursos desejáveis que enunciam um horizonte de aspecto positivo (que pode ser passado ou futuro). A manipulação do real também pode se fazer presente, trata-se de um viés ideológico que tem como intuito a manipulação de interesses sociais determinados (Pesavento, 1993, p. 384).

A vinculação do imaginário com a memória é um fator importante a ser considerado nesse processo, aqui fala-se de uma memória

controlada, inventada, que implica manipulação, reconstrução do passado, visando a determinados fins. Essa memória social, assim construída, implica um processo seletivo, de textos e imagens, que ressalta certos dados e elimina ou desconsidera outros, como se não tivessem importância ou jamais tivessem existido. Estar-se-ia, pois, no domínio das “tradições inventadas”, onde o conhecimento e o aprisionamento do passado pelo presente dão a chave privilegiada para o acesso a um determinado imaginário (Pesavento, 1993, p. 385).

A constituição imaginária de uma sociedade está vinculada com a memória, nesse sentido, o estabelecimento de continuidade com o passado histórico é um fenômeno observável. É uma busca pelo resgate de um passado comum. Nesse âmbito, historiadores contribuem para a construção da identidade (Pesavento, 1993, p. 385). A historiografia dos anos 1950 e 1960 atribui a vinculação do gaúcho à fronteira e, em meio a esse ambiente, os habitantes dessa fronteira teriam optado pela nacionalidade brasileira. Nesse sentido, os

indivíduos da região foram defensores da terra e construtores dessa fronteira em defesa dos interesses nacionais (Pesavento, 1993, p. 386-387).

A questão nacional é projetada de forma anacrônica para o passado, isso é significativo nas produções da década de 1930 por influência da situação nacional, que buscava demonstrar integração de todas regiões. Assim, a historiografia do período buscou interpretar a história do Rio Grande do Sul tendo o objetivo de apagar qualquer vinculação ao separatismo e, no início dos anos 1940, a intenção separatista da Guerra dos Farrapos é negada, com as intenções dos executores do movimento sendo mudada para a ênfase no federalismo (Pesavento, 1993, p. 387-388).

A construção imaginária da sociedade gaúcha também está ligada a um “mito das origens”, que é a busca da origem de uma identidade local (Pesavento, 1993, p. 386). No caso do Rio Grande do Sul, a disputa pela fronteira sempre se demonstra como um fator de importância, que dá a característica de bravura em meio a disputas pelo espaço, tornando o habitante desse meio um exímio cavaleiro, destemido, com habilidade para as tarefas que envolvem o gado. Nessa perspectiva, a figura do gaúcho é masculina e está ligada ao homem do campo, mesmo que essa construção dentro do imaginário social não leve em conta o complexo colonial imigrante que se estabeleceu no estado após a segunda metade do século XIX.

Portanto, o que Sandra Pesavento (1993) demonstra em seu artigo é como a identidade do gaúcho não necessariamente está vinculada com a realidade, mas que se baseia naquilo que é real e é, de certo modo, crível. As construções em disputa no imaginário social são abordadas e remetidas como fator fulcral desse processo de construção de identidade. Nesse sentido, neste artigo buscaremos analisar as construções narrativas no jornal *O Combatente* para demonstrar como, assim como o imaginário social está relacionada a identidade do gaúcho, os discursos do jornal estão inseridos em uma disputa pelo imaginário social na busca da construção de uma identidade para o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), buscando a associação dos ideais do partido a uma memória vinculada a um passado comum de bravura e integridade moral em busca do progresso.

Partimos da ideia, ao concordarmos com Paula Alonso (2015), de que a imprensa compõe um aspecto constitutivo da política, ou seja, a imprensa faz política e a política faz a imprensa. Sendo assim, a análise da imprensa política se mescla ao mundo político ao passo que essa imprensa atua na esfera política e a modifica. Logo, esses dois elementos atuam em conjunto (Alonso, 2015, p. 11).

Paula Alonso (1997) ao analisar o discurso do roquismo (relativo às ideias de Julio Argentino Roca, presidente da Argentina entre 1880 e 1886, e entre 1898 e 1904) da década de 1880 no jornal argentino *La Tribuna Nacional* (depois renomeado para *La Tribuna*), teve como objetivo reconstruir a mensagem do roquismo difundida pelo periódico. Ao abordar a imprensa política, Alonso pôde verificar que esses jornais possuíam a função de criar a imagem do partido e, além disso, criar uma imagem projetada acerca da situação geral do país e sobre aspectos específicos da política. Nesse sentido, verificou que os discursos públicos

recreaban sus propias versiones de la historia argentina, de su presente y de su futuro, amoldándola a abjetivos partidarios. Librados de las convenciones que limitan a los diarios modernos, sus discursos recreaban situaciones, defendían políticas, fomentaban rumores y ridiculizaban al contrincante.² (Alonso, 1997, p. 48).

Sendo assim, as versões do passado podem ser usadas como ferramenta para a construção de uma tradição favorável para o próprio partido. Desse modo, o uso de seleções estratégicas acerca da história é algo que ocorre junto à apresentação da interpretação que deve ser feita desse passado. Conforme Paula Alonso, ao referir-se aos diários políticos:

En la reconstrucción y difusión de sus propias versiones del pasado para defender posturas del presente y para definir sus propias identidades, estos diarios llevaban a cabo un proceso dinámico e constante de apropiación, selección, reconstrucción y difusión de dicho pasado (Alonso, 2015, p. 21).³

Em vista disso, nossa proposta busca analisar no jornal *O Combatente*, a maneira como o passado foi apresentado na busca da criação de uma tradição para o PRR.

Análise de fontes

No primeiro exemplar do jornal para o ano de 1892 é apresentado o artigo intitulado *Para onde vamos?* nele é apresentada uma crítica a Joaquim Francisco de Assis Brasil,⁴ apontado como um dos causadores do projeto em curso de aniquilamento da República. No

² Tradução nossa: recriavam suas próprias versões da história argentina, de seu presente e do seu futuro, moldando-a a objetivos partidários. Livre das convenções que limitam aos diários modernos, seus discursos recriavam situações, defendiam políticas, fomentavam rumores e ridicularizavam ao adversário.

³ Tradução nossa: na reconstrução e difusão de suas próprias versões do passado para defender posturas do presente e para definir suas próprias identidades, estes diários levavam a cabo um processo dinâmico e constante de apropriação, seleção, reconstrução e difusão do referido passado.

⁴ Assis Brasil nasceu em 1857, participou da vida política a partir de 1878, defendendo a ideia de república e se opondo a escravidão. Em 1891, descontente com os rumos que tomava a república no Rio Grande do Sul, rompeu com Júlio de Castilhos e com o PRR. Em seguida participou da junta governativa colocada em execução com a Revolução de Novembro, exonerando-se dias depois e deixando o governo para o General Barreto Leite, que revogou a Constituição estadual de 1891 (Flores; Flores, 1999, p. 35).

artigo em questão é notável a narrativa que enaltece o passado recente, passado esse em que o PRR estava à frente do governo do estado:

Ontem, felizes, despreocupados, [...] todas as atividades empenhadas na organização do estado, e da prosperidade da República; dir-se-ia que um único pensamento dominava todos os espíritos para conseguirem o mesmo fim; dir-se-ia que a família rio-grandense esquecera todas as rivalidades que a política monárquica estabelecera entre seus membros, para dar lugar ao generoso esforço com que a mocidade republicana, tanto se empenhava para o engrandecimento do Rio Grande e da República (O Combatente, 01/01/1982, p. 2).

A tradição política que se tenta criar aqui é de prosperidade e de engrandecimento do Rio Grande do Sul quando o PRR estava no governo, em um passado recente, que tinha como perspectiva o constante progresso. É notável que essa narrativa é recorrente nas páginas do jornal, que constantemente apresenta o partido como causador do rompimento com as políticas monárquicas, sempre apontadas como retrógradas, mas que agora vão cada vez mais se fazendo presente. É importante salientar que para o período estudado, o PRR é diversas vezes apresentado nos textos do jornal como um partido firme em suas convicções, que se perpetuam mesmo em meio as adversidades, isso também é perceptível nesse mesmo artigo, em trecho que aborda o caráter traiçoeiro daqueles que ao exercer o poder no estado, desvirtuam as honras obtidas pelo PRR:

Infelizmente, assim não aconteceu e o dr. Assis deixou-se absorver por sentimentos pouco justificáveis, ao ponto de esquecer todo o seu brilhante passado, ao qual deve tudo, e com o qual jamais deveria romper. [...] O partido republicano cumpriu o seu dever, e há de cumpri-lo inteiramente, para a honra nossa e do Rio Grande do Sul. Por ter caído um homem, por se terem transviado alguns espíritos fracos, durante o combate, nem por isso deixaremos o combate, nem por isso deixaremos de prosseguir resolutamente no caminho que traçamos, levando a convicção do dever como armadura impenetrável aos botes traiçoeiros dos guerrilheiros de emboscada (O Combatente, 01/01/1982, p. 2).

Nesse sentido, percebemos que a narrativa de oposição àqueles que se transviaram dos ideais do PRR serve, também, como um elemento de criação de identidade por meio da oposição ao mesmo tempo em que tenta incutir no leitor a criação de uma tradição de convicções firmes para o partido. Isso é feito por meio de referência ao “brilhante passado” de Assis Brasil, justamente quando compactuava com os ideais do PRR.

O que percebemos nesse artigo, portanto, é o engrandecimento de características do passado político do estado, momento em que supostamente o estado teria seus habitantes (“sua família”) unidos e sem rivalidades. É nítido que essa narrativa é fantasiosa, uma vez que

sabemos que os habitantes do Rio Grande do Sul nunca se uniram sem rivalidades, algo que seria sem precedentes na história do estado.

Algo semelhante é perceptível no artigo *Mais uma do Sr. Cassal*, no exemplar de número 14 do jornal. Trata-se, conforme é informado no início do artigo, da reprodução de um texto do *Diário do Rio Grande*, nele é criticado o decreto número 23 (sancionado pelo político Barros Cassal), que estipula que os artigos publicados pela imprensa devem explicitar a autoria dos textos. No artigo podemos ler:

Não há talvez exemplo, em país algum civilizado, de sujeitar-se a imprensa à prática vexatória a que o atual governo estadual acaba de submeter a do Rio Grande. Nas repúblicas do Prata e do pacífico, nos países da Europa, nos Estados Unidos da América do Norte, não se pôs ainda em prática essa medida absurda, vexatória e violenta, mais própria dos tempos em que imperava a censura prévia, do que neste país e neste regime que se diz verdadeira e essencialmente republicano. Em todos esses países a responsabilidade da imprensa é uma coisa séria. O jornalista que transpõe os limites que a lei prescreve, sujeita-se às penas que esta estabelece. Não há povo que mais abuse de direito de crítica os homens e atos do governo, do que o francês; mas também em nenhum outro é a lei mais severa com o jornalista que abusa. No entretanto lá não se julgava ainda necessário obrigar quem escreve a pôr o seu nome por baixo do artigo que publica. Coube essa glória ao antigo jornalista Barros Cassal, que outrora, nos seus tempos de veementes expansões oposicionistas, não julgava necessário pôr o seu nome no final dos artigos que publicava (*O Combatente*, 03/04/1892, p. 1).

Aqui verificamos a tentativa de associar ironicamente a essência republicana ao governo do estado. Trata-se de uma forma de criação de identidade por meio da oposição e, nesse caso, podemos perceber que isso é feito por meio de uma sutil referência à Europa, mas principalmente ao passado do continente americano. A referência remete ao caráter republicano das repúblicas do Prata, que se foram estabelecidas ainda no início do Século XIX, e aos Estados Unidos da América, primeiro país tornar-se independente no continente e que adotou caráter republicano.

No número 9, de 28 de fevereiro de 1892, em sua primeira página, é apresentado o artigo *Os demolidores*. A ideia central do texto é denunciar a falta de liberdade e o desrespeito às leis levados a cabo pelo governo, caracterizado pelo artigo como ditadura. Nele podemos ler:

Neste oceano de misérias, tentam formar com o esbulhamento de todos os direitos, sirtes capazes de quebrar a onda republicana que se agita e cresce. Vã esperança! Ela, que viu Tiradentes esquartejado em Vila Rica e, atravessando o século, derrubou um trono, há de por certo quebrar de encontro ao rochedo das ideias a frágil barca do governicho, cujos timoneiros são canibais que cantam, porque fizeram presas. [...] Patriotas!

Eles que desagradam a sociedade, envergonham o Rio Grande perante as nações cultas; arrastam na lama de seus atos a casta Liberdade, como Jesus pelas ruas de Jerusalém. [...] E a ideia republicana é compacta no Rio Grande do Sul, que ora clama, apontando ao seu passado de glória. Esperemos, pois, confiantes no nosso partido que tem por lema – Liberdade e Justiça. Ele nos restituirá o estado livre das pês de ferro com que os seus perseguidores tentam escravizá-lo (O Combatente, 28/02/1892, p. 1).

O contraste entre ideias opostas aparece novamente, há a apropriação da figura de Tiradentes e a comparação entre Jesus Cristo e a liberdade, ao passo em que afirma que o governo faz com a liberdade o mesmo foi feito com Jesus momentos antes de sua crucificação. Nesse sentido, a narrativa expressa um passado de glórias vinculado ao PRR, e projeta para o governo vigente características negativas do passado. Ou seja, nesse trecho podemos perceber a busca por uma ligação narrativa entre os ideais do PRR e momentos de relevância para a ideia republicana como a Inconfidência Mineira e a derrubada da monarquia, apontando esses eventos como característicos de um passado de glória.

No número 4, é apresentado artigo intitulado *O grande dia*, sua ideia principal é alertar para o que considera hipocrisia do governo, instaurado com a prerrogativa de tirar do poder Júlio de Castilhos, que apoiou o golpe de Deodoro da Fonseca contra o Congresso Nacional, algo considerado um desrespeito à Constituição. Nesse sentido, a contradição está na anulação, pelo governo da dissidência republicana, da Constituição Estadual de 1891. No artigo podemos ler:

O Rio Grande do Sul está magoado, porém compreendendo a posição que deve assumir diante da anarquia e do despotismo que se pretende implantar em seu solo e que já foi iniciado. Mais depressa felizmente do que prevíamos, devizamos a restauração da legalidade, o regime da ordem. Povo alerta! Que a hora da reivindicação de seus direitos é quase chegada! O momento da reorganização administrativa derrocada pelos corrilhos do atual governo, não tardará indubitavelmente. Acorda Rio Grande dessa letargia para contempares o – grande dia – o dia em que deves recordar os grandes feitos dos heróis de 35! (O Combatente, 24/01/1892, p. 1).

Ao denunciar o que considera anarquia e despotismo, indica a iminência da retirada do atual governo do poder, momento que será considerado de glória. Importante notar o esforço de vinculação do partido aos “heróis de 35”. O artigo refere-se à Guerra dos Farrapos, conflito ocorrido no Rio Grande do Sul que pôs em lados opostos legalistas (também chamados de caramurus, fiéis ao Império do Brasil) e farrapos, que lutavam contra a centralização política imposta pela corte do Rio de Janeiro. Foi levada a cabo pela elite local, que teve seu poder efetivado no final do século XVIII quando a atividade do charque se desenvolveu no Sul. Sucessos militares e a incorporação da Província Cisplatina em 1820

consolidaram o prestígio dos homens do Sul, bem como cimentaram o alto conceito de si próprios e dos valores que estavam associados a sua condição, notadamente de homens e guerreiros: coragem, destreza nas armas, defesa da honra. (Pesavento, 2009, p. 239).

Nesse momento possuíam relativa autonomia em termos de poder local, algo que muda com a Independência do Brasil (1822) e durante o período regencial (1831-1840) com a centralização político-administrativa, que implicou perda das autonomias regionais (Pesavento, 2009, p. 240). Além disso, o Rio Grande do Sul se considerava injustiçado em termos econômicos, uma vez que foram impostas altas taxas sobre o gado, o sal e a terra, ao passo em que reduzia o imposto para o charque estrangeiro proveniente das repúblicas do Prata, fazendo com que os produtores gaúchos fossem obrigados a baixar suas margens de lucro na tentativa de manterem-se competitivos no mercado (Pesavento, 2009, p. 240). A guerra contra o Império durou quase dez anos e terminou com a assinatura da Paz de Ponche Verde, que foi chamada de paz honrosa, na qual os farroupilhas tiveram atendidas algumas de suas velhas reivindicações (Pesavento, 2009, p. 250).

Nesse sentido, percebemos que a referência que faz o artigo *O grande dia* não é acidental. Ela busca relacionar a oposição PRR ao governo com a luta dos farroupilhas contra o império. Relevante é a informação de que os farrapos lutaram contra o Império, pois é muito recorrente nas páginas do jornal as acusações de que o governo da dissidência republicana busca a volta da monarquia por meio de um plano deliberado de aproximação às velhas políticas de cunho monárquico por meio do desrespeito às leis. Nesse sentido, a narrativa que se constrói relaciona as reivindicações do PRR aos grandes feitos dos farroupilhas, nessa perspectiva vistos como heróis destemidos que usam da sua bravura para defender seus interesses e sua honra.

No número 11, é apresentado artigo intitulado *Destruindo*, que faz ataques a Gaspar Silveira Martins e ao seu partido, adjetivando-o de “facção gasparista”:

Hoje, menoscabando o Rio Grande, intitula-se por um requinte de hipocrisia, - Federal -, e debaixo desta palavra esperançosa vai demolindo tudo que de bom principiava fazer a República, após um longo tempo de lutas e sacrifícios. [...] É força confessar que estes filhos desnaturados da Pátria, arrastam-na para um futuro medonho, donde só a energia dos verdadeiros republicanos pode arredá-la. A República não será tranquila e próspera, enquanto não for banida da sua direção todo esse elemento mau, servos da monarquia que infesta a nossa pátria. [...] O Rio Grande do Sul desmentirá todo seu passado de glórias enquanto não for atirada ao desprezo essa facção que só vê o futuro da pátria, as suas esperanças, os seus esquisitos desejos unicamente num homem que, parece, já foi patriota. É preciso enfraquecê-la

de prompto, extingui-la até, pois que ao contrário, tudo se irá destruindo. (O Combatente, 13/03/1892, p. 1).

Ao remeter-se ao que de bom principiava a República, o artigo refere-se aos anos iniciais da República Brasileira, sempre apresentada pelo jornal como momento do início da esperança de prosperidade para o país e para o estado, mas que no âmbito local foi interrompida pela tomada do poder pelos opositores a Júlio de Castilhos, acusados pelo artigo de “servos da monarquia”. Aqui é importante notar como é feita, mais uma vez, a referência ao “passado de glórias” e a sua interrupção com o fim do governo de Júlio de Castilhos, momento em que, de acordo com a narrativa do jornal, a administração do estado começou a pôr em prática seu plano de instauração do caos e da anarquia.

No número 12, é apresentado artigo intitulado *Desacreditado*, que apresenta críticas ao governo, caracterizando-o como desmoralizado, e o aponta como causador da anarquia em um plano deliberado para manter vivo o sonho do retorno de um governo monárquico. No texto podemos ler:

O Brasil, que, de conquista em conquista gloriosas, conseguiu encarar em seu seio a sua própria liberdade; quebrou as algemas ao progresso; rasgou a libré aos lacaios condecorados; ergueu a fronte ao povo que estava curvado, não consentirá, por certo, que a ave negra da prepotência absurda espanje suas asas de maledicências no horizonte da Pátria, que geme nas agonias de uma catástrofe. [...] Depois, escondendo o fundo negro de seus desejos com a máscara hipócrita, fez-se ao poder onde tem depauperado os cofres, imolado a lei, perturbado a tranquilidade, retido o progresso, atentado contra todos os direitos, atirado, enfim, o Rio Grande do Sul ao estado de degradação em que se acha. E acusam a República! (O Combatente, 20/03/1892, p. 1).

Aqui é interessante notar como a narrativa busca exaltar a maneira como o sistema republicano no Brasil foi causadora de “conquistas gloriosas”, mas que tudo foi destruído no momento em que o PRR saiu do comando do estado.

No número 13, é apresentado artigo intitulado *A nossa missão*, que mais uma vez apresenta o PRR como um partido forte e firme em suas convicções em uma narrativa que o coloca em contraste com o governo, considerado débil. No texto podemos ler:

Assaltada a Liberdade, desonrada a República, que é síntese do progresso, morta a lei, que é garantia de nossos concidadãos, ele, impávido, como o atleta que ansioso aguarda o momento de digladiar-se na arena, contempla dolorosamente a queda de tudo quanto a sua abnegação e sacrifícios havia feito para o bem-estar da República, que é a nossa pátria. (O Combatente, 27/03/1892, p.1).

Nesse trecho, é exposto os sacrifícios do passado feitos em nome da pátria. O texto continua:

Apenas os seus atos, tresandando ódios à República, fizeram sentir os seus maléficos efeitos, atassalhando as sábias leis que nos rege, desrespeitando todos os princípios de Direito e de Moral, foi pouco a pouco faltando-lhes o apoio, e hoje sente-se fraco, quase abandonado, prestes a cair coberto de opróbios e vergonha, enquanto que o partido republicano sente-se fortalecido e prepara-se para a restauração da Liberdade. [...] Sem o exercício da vingança torpe, que degrada, devem os adeptos da República reconstruir no estado o santuário da Lei, que foi destruído, arrancar o povo da miséria a que está sendo impelido, procurar através da caligem densa que hoje nos envolve, um futuro mais cheio de esperanças, formar dos retalhos da nossa Constituição um regaço para a paz, um escudo para os progresso do Rio Grande do Sul. É esta a nossa missão. (O Combatente, 27/03/1892, p. 1).

O trecho expõe a necessidade da restauração da liberdade como uma missão do PRR, ou seja, projeta no futuro uma condição supostamente presente no passado, é uma representação com caráter de utopia que projeto um horizonte positivo no passado e no presente.

Conclusão

Por meio da análise da narrativa do jornal *O Combatente* foi possível verificar a maneira como o PRR buscou representar a si mesmo com valores positivos vinculados à memória coletiva. Nesse âmbito, figuras como Tiradentes e Jesus Cristo, e eventos históricos como Inconfidência Mineira e Guerra dos Farrapos foram evocados em associação ao partido, sempre apresentado como constante e firme em suas convicções. Além disso, o passado recente em que o PRR estava na direção do Rio Grande do Sul também foi evocado diversas vezes para exaltar as qualidades do partido. Nesse sentido, a narrativa explorou a associação entre ideias ou eventos do passado e os ideais do partido ou a sua atuação política na tentativa de criação de uma continuidade entre a ideologia do PRR e um passado comum de características positivas. Tendo em vista que a política faz a imprensa e que a imprensa atua na esfera política e a modifica, como ressaltado por Paula Alonso (2015, p. 11), importante é levar em consideração que as narrativas apresentadas possuem agência na construção do imaginário social, sendo importantes influenciadores da política do estado.

Fontes

A nossa missão. O Combatente, n. 13, 27/03/1892, Santa Maria, p.1.

Desacreditado. O Combatente, n. 12, 20/03/1892, Santa Maria, p. 1.

Destruindo. O Combatente, n. 11, 13/03/1892, Santa Maria, p. 1.

O Combatente, n.1, 01/01/1892, Santa Maria, Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Os demolidores. O Combatente, n. 9, 28/02/1892, Santa Maria, p.1.

O Grande Dia. O Combatente, n. 4, 24/01/1892, Santa Maria, p.1.

Mais uma do Sr. Cassal. O Combatente, n. 14, 03/04/1892, Santa Maria, p.1.

Para onde vamos? O Combatente, n. 1, 01/01/1982, Santa Maria, p.2.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Paula. En la primavera de la historia. El discurso político del roquismo de la década del ochenta a través de su prensa. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**. Buenos Aires, N. 15, jan./jun. 1997. p. 35-70.

ALONSO, Paula. La historia política y la historia de la prensa: los desafíos de un enlace. In: PINEDA, Adriana. **Recorridos de la prensa moderna a la prensa actual**. Morelia: Universidad Autónoma de Querétaro, 2015, p. 11-34.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. 3ed, Santa Maria: editora da UFSM, 2000.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Aspectos da Revolução de 1893**. 2. ed. ampl., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Clientelismo, coronelismo e relações de poder na Primeira República (1889-1900)**: Santa Maria como palco de disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos. 2011. Monografia de especialização (especialização em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 14, n. 2, julho – dezembro, p. 383-396,1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 233-267.